

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES relativas ao exercício de 2013, segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2013 foi marcado por mudanças importantes no cenário macroeconômico global. A economia americana mostra, nos últimos trimestres, um dinamismo não antecipado pelas expectativas de mercado. Na Zona do Euro, a atuação do Banco Central Europeu – com as linhas assistenciais de liquidez aos bancos e sua assunção efetiva como empregador de última instância, dissipou de maneira mais contundente os riscos associados a uma desintegração da união monetária. Na China, a despeito da desaceleração do crescimento em relação à média dos últimos anos, as reformas pró-mercado – em especial a liberalização da conta financeira do balanço de pagamentos – tendem a corrigir os desequilíbrios oriundos da expansão acelerada dos últimos anos.

O fato mais marcante de 2013 no cenário macroeconômico internacional foi, e continuará sendo por algum tempo, os rumos da política monetária norte-americana. Nesse sentido, vale uma breve retrospectiva. Desde que a economia mundial foi atingida pela crise financeira internacional, os bancos centrais ao redor do mundo executaram, quase instantaneamente e de maneira coordenada, um movimento maciço de relaxamento monetário global. O Federal Reserve, banco central americano, mantém sua taxa básica de juros (*Fed Funds Rate*) entre 0% e 0,25% desde dezembro/2008, fenômeno que foi batizado na literatura como “*zero lower bound*”. Mesmo com a taxa básica de juros em seus patamares mínimos, não se esgotou a possibilidade de utilização da política monetária como ferramenta de estímulo à demanda agregada da economia. Dois instrumentos não-convencionais estão sendo utilizados desde então, sendo objetos de debates nos fóruns internacionais:

i) *forward guidance* – o FED passou a divulgar, desde dezembro/2012, sua estratégia de reação em termos de taxa básica de juros. A *Fed Funds Rate* manter-se-á nos níveis atuais (entre 0% e 0,25%) até que, pelo menos, a taxa de desemprego supere 6,5%; as expectativas inflacionárias de 1 a 2 anos não ultrapassem em 0,5 p.p. a meta de longo prazo de 2,0% a.a.; e que as expectativas de inflação de longo prazo estejam bem ancoradas; e

ii) compras de ativos financeiros em larga escala – a intenção era reduzir a estrutura a termo de taxas de juros e, por conseguinte, aumentar os preços dos ativos financeiros para, via efeito riqueza, expandir o consumo e o crescimento da economia. Além disso, a compra de ativos também tinha intenção de reduzir as taxas de juros dos financiamentos imobiliários. De fato, a partir de setembro/2012, o FED anunciou o *quantitative easing 3* (QE3), programa de compras mensais de ativos financeiros de US\$ 85 bilhões, divididos em US\$ 45 bilhões em *US Treasuries* e US\$ 40 bilhões em *MBS (Mortgage Backed Securities)*.

Todavia, a partir de meados do primeiro semestre, a economia norte-americana passou a dar sinais, ainda que incipientes, de um crescimento mais acentuado, especialmente no que tange ao comportamento do mercado imobiliário. Essa performance trouxe à tona discussões e especulações acerca da diminuição, do ritmo de relaxamento monetário mensal (de US\$ 85 bi) adotado pelo FED – fenômeno batizado de “*tapering*”. Em maio/2013, em pronunciamento ao Congresso, o FED sinalizou, pela primeira vez, que havia debates no FOMC (Comitê de Política Monetária dos EUA) na direção de reduzir o volume de compras mensais de ativos financeiros (“*tapering talk*”). Tal fato foi suficiente para que ocorresse uma modificação na alocação de portfólios em nível global, com realinhamento dos preços dos ativos e fortes fluxos de recursos saindo dos mercados emergentes em direção às aplicações de curto prazo nos EUA. O dólar se apreciou em escala mundial, fato que se refletiu em depreciação cambial na maioria dos mercados emergentes, levando à deterioração de suas perspectivas de crescimento no curto prazo.

De fato, em dezembro/2013, o FOMC anunciou a redução de US\$ 10 bilhões no seu volume mensal de compras de ativos financeiros, de US\$ 85 bi para US\$ 75 bi. É importante mencionar que tal fato, conforme ressaltado pelo FED, não se constitui em aperto das condições monetárias, mas sim em uma desaceleração do ritmo de flexibilização. Em outras palavras, a orientação da política monetária americana continua a ser amplamente acomodatória, de modo a dar suporte a seus dois objetivos fundamentais, quais sejam, o pleno emprego dos fatores de produção e a estabilidade de preços.

Na Zona do Euro, a estratégia escolhida de resolução da crise da região – isto é, consolidação fiscal e reformas estruturais nos países mais vulneráveis – continua a ser seguida. Embora alguns progressos tenham sido realizados, tanto em termos institucionais, como nos fundamentos de alguns países – menores déficits públicos, ajustamento das contas correntes, redução do custo nominal unitário do trabalho etc – o impacto dessas políticas sobre o nível de atividade tem sido intenso. O nível de desemprego na região é bastante elevado, tornando permanentes as tensões sociais.

A atuação mais contundente do BCE desde fins de 2012 trouxe algum alívio à região. Países como Espanha e Itália, que em certo momento de 2012 tiveram seus custos de captação em mercado atingindo níveis bastante elevados, colocando em dúvida a sustentabilidade de suas dívidas públicas, atualmente já conseguem ter acesso a fontes de financiamento via mercado a taxas significativamente mais baixas.

Na China, o nível de atividade vem apresentando um processo de desaceleração mais acentuado do que o inicialmente previsto. A discrepância entre o volume de liquidez na economia e o desempenho da atividade econômica vem suscitando ações das autoridades no sentido de conter a formação de bolhas especulativas. O forte aperto de liquidez ocorrido no sistema bancário em fins de junho/2013 emitiu um sinal claro por parte do governo de que as operações de financiamento via sistema bancário não convencional devem ser contidas. Liquidez abundante sem fins produtivos continuará a ser objeto de monitoramento por parte do governo chinês, que já direcionou esforços em direção à realização de reformas estruturais. A ideia fundamental é que o relativo afrouxamento dos controles da economia, como, por exemplo, a liberalização das taxas de juros, ajude a garantir, a médio e longo prazo, um crescimento econômico mais equilibrado, mesmo que para isso tenha de ocorrer uma redução na taxa de crescimento de curto prazo.

As medidas anunciadas em novembro/2013 vão ao encontro desse objetivo, e tendem a gerar maior eficiência alocativa dos recursos na economia. Dessa forma, contribuiriam para acelerar a mudança do modelo de desenvolvimento do país, que deixaria de ter como principal vetor de demanda agregada da economia o investimento, em favor do consumo privado das famílias.

No Brasil, o IPCA fechou ao ano de 2013 com variação de 5,91%, acima do valor de 5,84% de 2012, mas ainda abaixo do limite superior da meta de inflacionária de 6,5%. Os dois principais fatores que contribuíram para o resultado da inflação de 2013 foram: i) aceleração dos preços industriais, seja pela recomposição de IPI em alguns segmentos, como móveis e eletrodomésticos, seja pelos impactos do repasse da depreciação cambial sobre os preços dos manufaturados comercializáveis; ii) persistência da inflação do setor de serviços, que é caracterizada fortemente por seu componente inercial.

Vale ainda ressaltar que ao longo do primeiro semestre de 2013 os preços dos gêneros alimentícios in natura registraram forte movimento alista em função das condições climáticas adversas que atingiram o país. Além disso, os preços administrados foram amplamente reprimidos em 2013, com queda acentuada das tarifas de energia elétrica e adiamento do reajuste do setor de transporte urbano. Esse efeito benigno dos preços administrados sobre o IPCA no ano de 2013, a priori, não se repetirá em 2014.

Depois de registrar forte aceleração no primeiro semestre de 2013 (liderada pela produção industrial e pelos investimentos), a economia brasileira enfrentou diversos choques não antecipados em meados do ano, os quais tiveram repercussões em sua dinâmica de crescimento no segundo semestre. À volatilidade cambial, oriunda dos movimentos dos fluxos de capitais advindos do “*tapering talk*”, somou-se o ciclo de aperto monetário iniciado em abril/2013 pelo Banco Central. Além disso, outro fator importante, que atingiu a confiança empresarial, foi a onda de protestos que tomou conta das principais cidades do país em junho/2013. A junção desses três fatores afetaram em cheio as expectativas empresariais e, por conseguinte, a consecução dos investimentos na economia.

É provável que o crescimento da economia em 2013, a ser divulgado apenas em março/2014, seja pouco superior a 2,0%. Além disso, o desempenho ruim da economia no segundo semestre de 2013, gerará um *carry-over* (carregamento estatístico) baixo para 2014.

II. O SISTEMA BNDES

Como principal instrumento de financiamento de longo prazo da economia brasileira, o BNDES apóia projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços, além de atuar no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e no financiamento não reembolsável de projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O BNDES conta com três subsidiárias integrais: FINAME, BNDESPAR e BNDES *Pic*, que compreendem o Sistema BNDES. A BNDESPAR tem como foco apoiar o processo de capitalização e desenvolvimento de empresas nacionais e, assim, contribuir para o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro. Sua atuação se dá notadamente por meio de participações societárias de caráter minoritário e subscrição de debêntures conversíveis ou permutáveis. A FINAME atende à necessidade de expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização.

Sediada em Londres, a BNDES *Pic*, em fase pré-operacional, busca ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras. Criada inicialmente como uma *private limited company* (BNDES *Limited*), foi transformada, em 25 de novembro de 2013, em uma *public limited company* (BNDES *Pic*) com o objetivo de ampliar sua atuação.

O BNDES oferece produtos e serviços a empresas de todos os portes estabelecidas no Brasil e dos mais diversos setores da economia. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES na alocação de recursos garante maior retorno ao desenvolvimento do Brasil ao contribuir para a expansão da produção nacional de bens e serviços e da oferta de postos de trabalho e para o desenvolvimento do mercado de capitais, e ao incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em sintonia com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

Destaque em 2013:

Lançamento do novo canal de comunicação com perfil no Youtube

Lançado canal no Youtube, que pode ser acessado pelo endereço www.youtube.com/bndesgovbr. No espaço, são disponibilizados vídeos institucionais, campanhas publicitárias e pequenos programas explicativos sobre os produtos e serviços do Banco.

Lançamento de linha para digitalizar salas de cinema brasileiras (Linha de Digitalização)

Lançamento, em conjunto com a ANCINE, de nova linha de financiamento destinada a acelerar o processo de digitalização das salas de cinema brasileiras. A nova linha é um dos quatro eixos do Programa Cinema Perto de Você (PCPV), que opera recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e tem o BNDES como agente financeiro.

Lançamento do Plano Inova Sustentabilidade

O Inova Sustentabilidade incentiva a realização de investimentos na área ambiental, com a promoção de soluções inovadoras capazes de mitigar impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente.

Lançamento do Programa BNDES de Apoio a Investimentos em Design, Moda e Fortalecimento de Marcas (BNDES Prodesign)

O programa apóia investimentos em design, moda, desenvolvimento de produtos, diferenciação e fortalecimento de marcas em projetos de investimentos das seguintes cadeias produtivas: têxtil e confecções; calçadista; moveleira; higiene pessoal; perfumaria e cosméticos; utilidades domésticas; brinquedos; metais sanitários; jóias e relojoaria; embalagens; eletrodomésticos e revestimentos cerâmicos.

Acordo de Cooperação com a Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Assinatura de acordo de cooperação com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), cujo objetivo é multiplicar as iniciativas inovadoras de qualidade colocadas em prática pelo empresariado nacional e acelerar ao máximo a sua implantação.

Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC)

Assinatura de acordo de cooperação técnica com o IMC com o objetivo de estimular o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais no Brasil.

Acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Assinatura de acordo de cooperação técnica com a Aneel e a FINEP para criação do Plano de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor Elétrico – Inova Energia.

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)

A parceria promoverá o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais e urbanas de baixa renda atendidas pelo programa de regularização fundiária do Governo do Estado.

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI)

A parceria promoverá ações de inclusão social e desenvolvimento territorial com a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos de baixa renda, tanto urbanos quanto rurais, na região Oeste do Paraná.

Acordo de cooperação com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

O acordo busca apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e contará com um Grupo de Trabalho permanente, responsável pela análise e discussão de temas comuns, principalmente em relação ao segmento de renda fixa, com o intuito de estimular as captações no mercado de capitais.

Fundo da Amazônia

Assinatura de contrato com o Governo da Noruega, que permitiu a transferência integral dos recursos doados pelo Governo da Noruega ao Fundo Amazônia, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão. O contrato consolidou e reafirmou os acordos anteriores e permitiu o ingresso no BNDES, gestor do Fundo da Amazônia, do valor integral da doação.

Memorando de Entendimentos com o Instituto de Crédito Oficial (ICO) da Espanha

O memorando permite que BNDES e ICO passem a financiar micro, pequenas e médias empresas e também cofinanciam projetos de investimentos, principalmente de infraestrutura. A colaboração incluirá, ainda, apoio técnico e de consultoria às empresas em suas iniciativas de internacionalização.

Prêmio Alide 2013

Recebimento do Prêmio Alide 2013 na categoria *Gestão e Modernização Tecnológica* pela Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE), instrumento de avaliação não financeira da competitividade dos clientes.

Prêmio Destaque de Comércio Exterior 2013

Recebimento do prêmio *Destaque de Comércio Exterior 2013*, concedido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e o MDIC a empresas e entidades que se destacam por sua atuação no mercado internacional, bem como iniciativas relevantes no apoio ao comércio exterior de mercadorias e serviços.

Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2013

Recebimento do prêmio *Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2013*, concedido pela revista Negócios de Comunicação (portaldacomunicacao.uol.com.br). O BNDES foi eleito uma das três instituições do sistema financeiro que melhor desenvolveu ações de comunicação com a imprensa, com base no bom relacionamento com os profissionais das redações e no compromisso com a transparência.

Implantação de sistemas para captura automática de riscos operacionais

Eventos de risco operacional que geram perdas, tais como multas, *no-show* de passagens aéreas e de hospedagem e processo cíveis e trabalhistas, passaram a ser capturados de forma automática devido à implantação de novos processos e sistemas.

Implantação do aplicativo Tedesco

O aplicativo Tedesco, integrado ao SAP, dá suporte às demandas de questões consultivas e contenciosas do BNDES. Dentre os benefícios do aplicativo, estão a redução no consumo de papel, melhor gerenciamento das demandas e aprimoramento da gestão de indicadores de desempenho dos processos.

Representação na África do Sul

Inauguração da representação do BNDES na África do Sul, cujo objetivo é promover o intercâmbio comercial Brasil-África, desenvolvendo atividades de financiamento de empresas brasileiras no continente africano e, também, fazendo a atração de empresas africanas para a realidade de investimentos no Brasil.

III. CUSTO DOS FINANCIAMENTOS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, e é composta:

Operações Diretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito
Operações Indiretas:	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O custo financeiro reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). Os principais custos de captação do BNDES estão associados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ao Dólar norte-americano e à Cesta de Moedas (UMBNDDES) e, em menor escala, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e à Taxa Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do Dólar norte-americano ou a Taxa de Juros Fixa Pré-Embarque (TJFPE) acrescida da variação do Dólar norte-americano.

Para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto No. 2.233/97, o custo financeiro será a Cesta de Moedas.

A remuneração do BNDES varia conforme Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo e tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido do BNDES.

A taxa de risco de crédito pode variar de 0,40% a.a. a 4,18% a.a., de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa a cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas, a taxa de risco de crédito é substituída pela taxa de intermediação financeira, que reflete o risco sistêmico das instituições financeiras credenciadas, e atualmente está em 0,1% a.a. para operações com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e 0,5% a.a. para operações com médias-grandes e grandes empresas. De acordo com o tamanho da companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

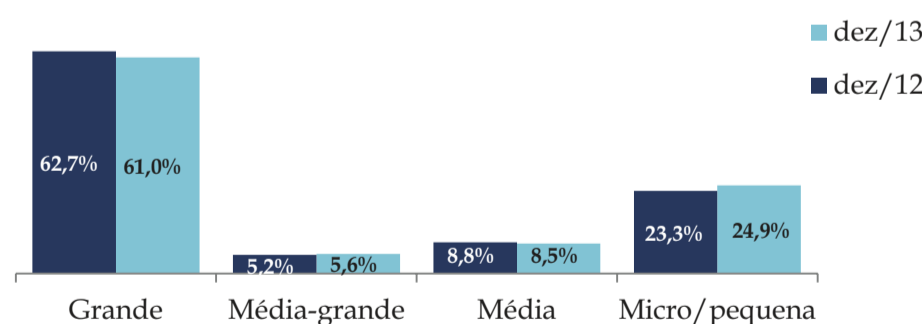
A remuneração da instituição financeira credenciada é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas instituições financeiras credenciadas e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

IV. DESEMPENHO OPERACIONAL

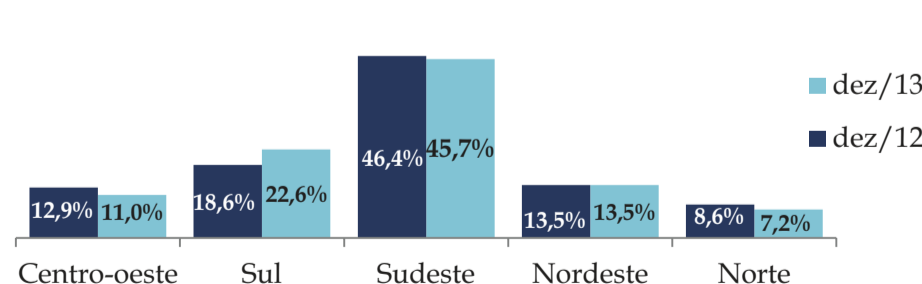
Os desembolsos do Sistema BNDES, desconsiderados os desembolsos ao mercado secundário, alcançaram R\$ 190.419 milhões em 2013, um aumento de R\$ 34.427 milhões (22,1%) em relação a 2012.

Segue abaixo o perfil dos desembolsos em 2013 num comparativo com 2012.

Desembolsos por Porte (R\$ milhões)



Desembolsos por Região (R\$ milhões)

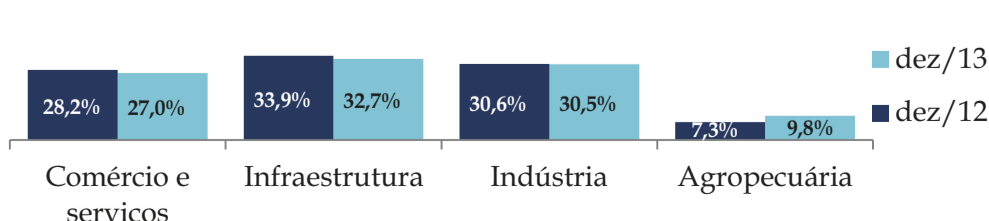


A participação das micro e pequenas empresas nos desembolsos apresentou a maior alta entre os exercícios, passando de 23,3% em 2012 para 24,9% em 2013, em linha com o aumento do número de operações, que passou de 928.349 em 2012 para 1.039.986 em 2013.

A participação das grandes empresas nos desembolsos apresentou queda de 1,7%, entre os exercícios, porém o número de operações cresceu de 22.844 em 2012 para 25.984 em 2013.

As unidades federativas que se destacaram em 2013, em suas respectivas regiões, foram Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Bahia e e Pará.

Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



Os setores de química e petroquímica e transporte rodoviário foram os destaques em 2013, contribuindo com 19,3% e 34,2% dos desembolsos da indústria e da infraestrutura, respectivamente.

V. FINANCIAMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da chamada economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em três tipos:

- (i) emprego direto – ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas;
- (ii) emprego indireto – postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda; e
- (iii) emprego efeito-renda – postos de trabalho que surgem a partir do gasto de parte da renda dos empregados diretos e indiretos em consumo, principalmente em setores produtores de bens-salário (alimentação, vestuário, serviços prestados às famílias, etc).

As estimativas realizadas com base no MGE para os últimos dois anos são apresentadas na Tabela 1 abaixo:

Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados pelo BNDES
(Investimento em R\$ milhões e emprego em milhares)

Período	Desembolso	Investimento Total ¹	Emprego			
			Direto	Indireto	Efeito-renda	Total
1S/12	53.539	113.471	424	392	874	1.689
2S/12	102.453	224.535	849	743	1.752	3.344
2012	155.992	338.006	1.272	1.135	2.626	5.033
1S/13	88.554	166.509	593	599	1.357	2.549
2S/13	101.865	229.889	843	754	1.724	3.322
2013	190.419	396.398	1.436	1.353	3.081	5.871

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

Autoria: BNDES, RJ, 2013.

¹ Consiste em uma estimativa proporcional aos desembolsos efetuados no período, correspondente à soma dos desembolsos do BNDES mais as contrapartidas dos mutuários.

Em 2013 os desembolsos do BNDES somaram cerca de R\$ 190,4 bilhões e estiveram atrelados a investimentos totais da ordem de R\$ 396,4 bilhões (entendidos como o valor do apoio do BNDES mais as contrapartidas dos empresários). O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de 5.871 mil. O crescimento de 16,6% desse indicador em relação a 2012 reflete um maior volume de recursos destinados a projetos de investimentos: o desembolso cresceu 22,1% e o investimento total cresceu 17,3%.

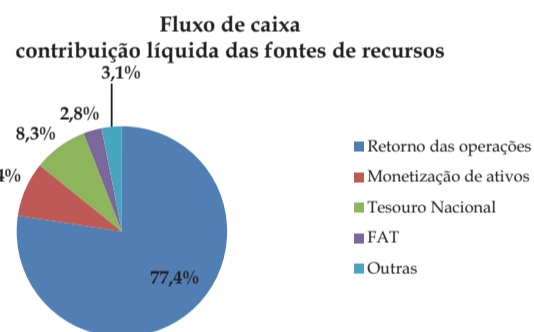
Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2013 apresentou resultados muito similares ao ano de 2012, com 52,5% representados por empregos advindos do efeito-renda, 24,5% por empregos diretos e 23,1% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia também se manteve estável, em cerca de 22, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas¹.

Os principais setores que têm a demanda final aquecida durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES, segundo os cálculos realizados para estimar o emprego, são: i) construção civil; ii) fabricação de máquinas e equipamentos; iii) fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; iv) fabricação de peças e outros veículos; e v) serviços prestados às empresas. Somados, esses setores corresponderam, em 2013, a aproximadamente 86% da demanda final estimulada pelo BNDES.

VI. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Como principal agente financiador de crédito a longo prazo no Brasil, o BNDES demanda recursos adequados para composição de seu *funding*, formado por recursos próprios, provenientes do retorno de suas operações, e por recursos de terceiros, com destaque para os recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional (TN).

O gráfico abaixo apresenta a contribuição das fontes de recursos para o fluxo de caixa do Sistema BNDES em 2013:



Em 2013, o retorno das operações representou a principal fonte de recursos do Sistema BNDES, contribuindo com 77,4% do total, ratificando a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiar suas liberações.

Já a monetização de ativos de renda fixa e renda variável representou a segunda maior fonte de recursos, com contribuição de 8,4% do total, seguida pelas captações do Tesouro Nacional, com contribuição de 8,3%. O FAT contribuiu com 2,8% do total.

A utilização dos recursos do FAT e do Tesouro Nacional se justifica pelas particularidades da oferta doméstica de crédito no País, concentrada no curto prazo, que acabaram por conduzir o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo.

O gráfico abaixo demonstra as captações do FAT e do TN nos últimos anos:



Pelo menos 40% dos recursos do FAT, destinados ao BNDES, são aplicados no financiamento de programas de desenvolvimento econômico, enquanto a parcela restante custeia o programa de seguro desemprego e abono salarial. Por se tratar de uma fonte estável de recursos criada pela Constituição Federal de 1988, esses recursos são chamados de FAT Constitucional. De forma complementar, o BNDES também recebe recursos originários das aplicações das disponibilidades financeiras do FAT, sob a forma de Depósitos Especiais. Os recursos do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais já liberados aos usuários finais são remunerados pela TJLP, enquanto os recursos do FAT Depósitos Especiais não liberados aos beneficiários finais são remunerados pela taxa SELIC.

Desde 2008, com a decisão do Governo Brasileiro de suprir a escassez de crédito instalada com a crise financeira internacional de 2008, os recursos do Tesouro Nacional ganharam importância na composição do *funding* do BNDES. As condições financeiras desses recursos são estabelecidas contratualmente entre a União e o BNDES.

Em 2013, os recursos captados do Tesouro Nacional somaram R\$ 41 bilhões, uma redução de 25,4% em relação a 2012.

As captações do Tesouro Nacional em 2013 seguem descritas abaixo:

- **Tranche de R\$ 2 bilhões:** recursos recebidos conforme Lei nº 12.249 de 11/6/10, alterada pela Lei nº 12.788 de 14/11/13, que autorizou a União a conceder crédito de até R\$ 15 bilhões aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para viabilizar projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). Os R\$ 2 bilhões captados tem vencimento em 24 anos, carência de principal de 4 anos e são remunerados pela (i) TJLP; (ii) variação da cotação PTAX de venda do dólar norte-americano; ou (iii) combinação dos itens (i) e (ii);
- **Tranche de R\$ 15 bilhões:** recursos recebidos conforme Medida Provisória nº 618, de 5/6/13, classificadas como instrumento elegível a capital, no patrimônio líquido, nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/13. Os recursos não tem vencimento, a remuneração é proporcional ao pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional, limitada à TJLP, e não sofrem indexação até 2043. Vide itens "VII. Desempenho Econômico-Financeiro" e "VIII. Gestão de Riscos e Controles Internos"; e
- **Tranche de R\$ 24 bilhões:** recursos recebidos conforme Medida Provisória nº 628, de 28/11/13. Os recursos têm carência de 20 anos para pagamento de principal, de 6 anos para pagamento de juros, vencimento em 2053 e são remunerados à TJLP.

Juntos, FAT e Tesouro Nacional representavam 77,3% do passivo total do Sistema BNDES em 31/12/13.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: (i) monetização de ativos de sua carteira; (ii) participações societárias; (iii) captações no mercado internacional, principalmente através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial e emissão de *bonds*; (iv) captações no mercado interno, notadamente pela emissão de debêntures pela BNDESPAR; (v) operações compromissadas; e (vi) Fundos Institucionais como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos) e outros.

¹ A relação emprego por R\$ milhão é obtida levando-se em consideração o volume de recursos que efetivamente entram no cálculo do MGE, pois se considera que parte do apoio do BNDES não gera emprego no país durante a fase de implantação dos investimentos, como importação de equipamentos e capital de giro desassociado a projetos de investimento.

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2013	2012	Evolução (%)	2S/13	2S/12	Evolução (%)
Resultado com Operações Financeiras	11.688	11.908	(1,8)	6.738	8.018	27,2
Resultado com Participações Societárias (RPS)	2.452	2.644	(7,3)	673	617	(12,2)
Provisão para Risco de Crédito	769	(330)	(333,0)	694	(10)	(123,4)
Outras Despesas, líquidas	(2.888)	(3.221)	(10,3)	(1.500)	(2.040)	17,4
Tributação sobre o Lucro	(3.871)	(2.875)	34,6	(1.716)	(1.169)	26,3
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	8.150	8.126	0,3	4.889	5.416	20,4
Balanco Patrimonial	dez/13	dez/12	Evolução (%)	dez/13	jun/13	Evolução (%)
Ativo Total (AT)	782.043	715.498	9,3	782.043	729.028	7,3
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	547	10.280	(94,7)	547	1.035	(47,1)
Participações Societárias	87.813	94.391	(7,0)	87.813	85.183	3,1
Sociedades Não Coligadas	69.830	79.880	(12,6)	69.830	65.414	6,8
Sociedades Coligadas	15.820	14.369	10,1	15.820	14.609	8,3
Outros Investimentos	2.163	142	1.423,2	2.163	2.651	(18,4)
Outros Títulos e Valores Mobiliários	90.999	86.466	5,2	90.999	85.732	6,1
Operações de Créditos e Repasses ^{1/}	565.243	492.148	14,9	565.243	524.376	7,8
Créditos perante o Tesouro Nacional	17.482	12.117	44,3	17.482	13.894	25,8
Outros Ativos	21.980	20.096	9,4	21.980	21.317	3,1
Empréstimos e Repasses	650.628	591.585	10,0	650.628	609.531	6,7
Tesouro Nacional	413.163	376.042	9,9	413.163	384.801	7,4
FAT	176.201	161.858	8,9	176.201	170.082	3,6
Outros recursos captados no país	30.053	30.410	(1,2)	30.053	30.092	(0,1)
Captações externas	31.211	23.275	34,1	31.211	24.556	27,1
Operações Compromissadas	18.014	21.312	(15,5)	18.014	14.351	25,5
Debêntures BNDESPAR	5.911	7.485	(21,0)	5.911	6.795	(13,0)
Tributos Diferidos	6.692	8.794	(23,9)	6.692	5.257	27,3
Outras Obrigações	40.172	36.329	10,6	40.172	37.922	5,9
Patrimônio Líquido (PL)	60.626	49.993	21,3	60.626	55.172	9,9
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	7,8%	7,0%	0,8	7,8%	7,6%	2,4
Índices Financeiros	dez/13	dez/12	Evolução (%)	dez/13	jun/13	Evolução (%)
Inadimplência / Carteira Total ^{1/}	0,01%	0,06%	(78,1)	0,01%	0,02%	(38,9)
PDD / Carteira Total ^{1/}	0,56%	0,71%	(20,7)	0,56%	0,66%	(14,6)
Índice de Cobertura ^{1/2/}	46,1	12,8	261,5	46,1	27,8	65,8
Rentabilidade	2013	2012	Evolução (%)	2S/13	2S/12	Evolução (%)
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{médio}) ^{3/}	1,10%	1,25%	(11,5)	0,46%	0,44%	4,4
Retorno s/ PL (LL / PL _{médio}) ^{4/}	16,89%	18,80%	(10,2)	6,89%	17,30%	(60,2)
Retorno s/ Participações Societárias (RPS/PS _{média}) ^{5/}	3,00%	3,34%	(10,1)	2,14%	5,95%	(64,1)

^{1/} Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros. ^{4/} PL_{médio} = (PL_{inicial} + PL_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas
^{2/} Provisão / Créditos Inadimplentes ^{5/} PS_{média} = (PS_{inicial} + PS_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas
^{3/} AT_{médio} = (AT_{inicial} + AT_{final}) / 2, excluindo o AVM de não coligadas

Resultado do Exercício

O lucro líquido apurado pelo Sistema BNDES em 2013, de R\$ 8.150 milhões, se manteve estável em relação aos R\$ 8.126 milhões registrados em 2012.

O resultado com operações financeiras apresentou leve redução em função de ganhos com negociações de títulos, que se encontravam com valor de mercado acima da curva, realizados em 2012. Em 2013 os valores de mercado dos títulos se aproximaram do valor da curva.

O resultado com participações societárias também apresentou redução em 2013, de 7,3% em relação a 2012. A maior despesa com provisão para perdas por *impairment* e a redução do resultado com alienação de títulos e valores mobiliários foram atenuados pela recuperação do resultado com derivativos de renda variável e pelo reconhecimento de ganhos com fundos de renda variável.

A despesa com provisão para perdas por *impairment* foi constituída em consonância com o CPC 01 (R1) – Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de *impairment* identificadas. Para os investimentos com ações cotadas em bolsa, o valor recuperável é representado pela cotação média da ação em bolsa e para os investimentos sem ações cotadas em bolsa, o valor recuperável é representado pelos fluxos de caixa futuros do investimento.

É importante ressaltar que o reconhecimento da despesa com perda por *impairment* não representa uma saída de recursos tampouco uma perda efetiva, já que o investimento ainda se encontra em carteira e pode, portanto, apresentar recuperação até a data de uma eventual alienação.

A receita com provisão para risco de crédito de R\$ 769 milhões em 2013 foi influenciada por recuperações de crédito, que atingiram R\$ 695 milhões, e pela liquidação parcial de operações cujo devedor encontrava-se em processo de recuperação judicial.

A redução de R\$ 333 milhões (28,4%) das outras despesas, líquidas está relacionada ao resultado com atualização monetária de ativos e passivos (SELIC), positivo em R\$ 731 milhões em 2013 e negativo em R\$ 97 milhões em 2012, em função da redução das obrigações sujeitas à atualização monetária. Por outro lado, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações financeiras, houve um aumento das despesas relacionadas aos planos de benefícios, de R\$ 334 milhões, em virtude da entrada em vigor do CPC 33 – Benefício a Empregado, que modificou as regras para registro de passivos atuariais.

Posição Financeira e Patrimonial

O crescimento dos ativos do Sistema BNDES nos últimos anos deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo, notadamente do Tesouro Nacional.

Em 31/12/13, os ativos do Sistema BNDES atingiram R\$ 782.043 milhões, um acréscimo de R\$ 66.557 milhões (9,3%) em relação a 31/12/12 concentrado na carteira de operações de créditos e repasses, que cresceu R\$ 73.095 milhões (14,9%).

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES inclui investimentos em: (i) sociedades não coligadas, avaliadas a valor justo; (ii) sociedades coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial; (iii) fundos de renda variável; e (iv) outros investimentos. A carteira de participações societárias encerrou o exercício de 2013 em R\$ 87.813 milhões, o que representa uma queda de R\$ 6.578 milhões (7,0%) em relação a 31/12/12 decorrente da redução do valor justo dos investimentos em empresas não coligadas.

Em relação aos movimentos de valorização e desvalorização da carteira de participações societárias em sociedades não coligadas, é importante frisar que eventual perda (ou ganho) só se torna efetiva quando da realização do ativo, normalmente pela alienação. Em 2013, o resultado bruto com alienação foi um ganho de R\$ 1.235 milhões, reflexo da boa gestão da carteira de participações societárias. Em 31/12/13, o valor justo da carteira de participações societárias em não coligadas do Sistema BNDES superava o respectivo custo de aquisição.

Em 31/12/13, do total de R\$ 88.978 milhões da carteira de outros títulos e valores mobiliários, 70,3% correspondiam a títulos públicos federais e 17,9%, a debêntures. Não houve variação relevante em relação a 31/12/12, porém se destaca a captação de R\$ 41.000 milhões do Tesouro Nacional, parcialmente utilizados para execução do orçamento de desembolsos.

A carteira de operações de créditos e repasses líquida da provisão para risco de crédito corresponde a 72,3% do Ativo Total em 31/12/13 e apresentou crescimento de R\$ 73.095 milhões (14,9%) em relação a 31/12/12, impulsionado pelas liberações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Do total da carteira líquida, 51% estão representados por operações de crédito e 49%, por repasses interfinanceiros.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de créditos e repasses do BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/13, do total da carteira, 99,7% dos créditos estavam concentrados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 93,3% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para a mesma data.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Classificação de Risco	Sistema BNDES		SFN ^{1/2}	
	Instituições Financeiras Privadas ²	Instituições Financeiras Públicas ²	Instituições Financeiras Privadas ²	Instituições Financeiras Públicas ²
AA - C	99,7%	93,3%	91,8%	94,8%
D - G	0,2%	3,9%	4,8%	3,0%
H	0,1%	2,8%	3,4%	2,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

¹ Sistema Financeiro Nacional

² Fonte: BACEN

Os créditos inadimplentes somaram R\$ 69 milhões em 31/12/13, uma redução de R\$ 163 milhões (70,3%) em relação a 31/12/12. Correspondiam a 0,01% da carteira bruta total na mesma data, o menor índice da história do BNDES, dos quais 67,8% não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 3.203 milhões, correspondeu a 46,1 vezes o total dos créditos inadimplentes em 31/12/13.

Quanto à captação de recursos de terceiros, as captações do FAT e do TN em 2013 estão comentadas no item "VI. Captação de Recursos".

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu *funding*, como:

- a. **Fundo PIS-PASEP;**
- b. **captações no mercado externo**, notadamente mediante empréstimos de organismos multilaterais e emissão de *bonds*;
- c. **emissão de debêntures no mercado nacional;** e
- d. **operações compromissadas.**

Em setembro de 2013, o BNDES emitiu *bonds* no mercado externo, com captação de US\$ 2,5 bilhões, equivalente a R\$ 5.570 milhões. Os títulos foram emitidos em duas séries, no valor de US\$ 1,25 bilhões cada, com vencimentos em 26 de setembro de 2016 e 26 de setembro de 2023 e rentabilidades de 3,375% a.a. e 5,750% a.a., respectivamente. Os títulos são simples, não permutáveis em ações, e preveem pagamentos semestrais de cupons, nos dias 26 de março e 26 de setembro de cada ano, a partir de 2014.

Em 31/12/13, essas fontes totalizaram R\$ 111.979 milhões, equivalente a 14,3% das fontes de recursos totais do Sistema BNDES.

A redução de R\$ 2.102 milhões (23,9%) dos tributos diferidos em 2013 reflete basicamente os efeitos tributários sobre o ajuste a valor justo negativo sobre a carteira de títulos e valores mobiliários classificados como "Disponíveis para venda".

Em relação aos recursos próprios, o Patrimônio Líquido cresceu R\$ 8.457 milhões (16,2%) em 2013 influenciado principalmente pela captação de R\$ 15.000 milhões do TN comentada no item "VI. Captação de Recursos". Tal efeito foi atenuado pelo ajuste a valor justo, líquido dos efeitos tributários, negativo em R\$ 7.634 milhões, cuja contrapartida é a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido.

VIII. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelos Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos, e pela Área de Gestão de Riscos.

A Área de Gestão de Riscos subsidia a Alta Administração por meio de relatórios e informes relativos à gestão de riscos; proposição de diretrizes gerais consolidadas nas políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos; monitoramento dos limites de exposição regulamentares internos e externos; e emissão de parecer técnico quanto a propostas que contemplem alterações em processos, regras e parâmetros que denotem mudança dos níveis de riscos vigentes.

Em 2013 destacaram-se as ações institucionais destinadas a preparar o BNDES

data-base de junho de 2013, foi aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, conforme exigido pelo órgão regulador.

Controles Internos

Dentre as atividades realizadas em 2013, cabe destacar a implantação de ferramentas de apoio à gestão de controles internos; a realização de avaliações de controles internos nos processos do Banco; o início da divulgação sistemática do grau de atendimento aos normativos internos no âmbito do monitoramento contínuo; e a implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de controle no Banco.

Risco Operacional

Em 2013, os esforços se concentraram na implementação das ferramentas computacionais que darão suporte às atividades de gestão de risco operacional e nas iniciativas relativas ao desenvolvimento de metodologia avançada para apuração desse risco. Adicionalmente, no âmbito do projeto SGCN (Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios), concebido para que o BNDES tenha maior resiliência frente às ameaças à continuidade de suas operações, foram definidos os processos urgentes de recuperação, efetuadas análises com relação aos ativos que suportam esses processos e estão sendo estudadas as estratégias de continuidade de negócios que atendam às necessidades do BNDES.

Risco de Mercado e Liquidez

Ao longo de 2013, o processo de gestão de risco de mercado foi aprimorado através da criação de indicadores gerenciais. Em especial, cabe destacar o "Equity at Risk", que permite uma visão consolidada do risco da carteira, ao mesmo tempo em que proporciona uma análise por fator de risco, como câmbio e juros; e o "Conditional Value at Risk" (CvAR), que tem como objetivo estimar a magnitude de perdas extremas da carteira, e vem sendo indicado tanto por Basileia quanto pelo Banco Central como substituto do VaR para cálculo de capital regulatório.

No que tange ao risco de liquidez, o BNDES realiza a gestão por meio de metodologias e modelos que visam garantir sua capacidade de pagamento, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização dos recursos disponíveis. Entre as atividades realizadas em 2013, merece destaque o aprimoramento nas bases de dados, com o objetivo de facilitar o atendimento à futura regulamentação do indicador de liquidez de curto prazo – *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) – pelo Banco Central do Brasil.

Risco de Crédito

Além da conclusão de estudo relacionado à apuração das taxas de retorno efetivas das operações de crédito e da elaboração de indicadores gerenciais, em 2013 os esforços estiveram direcionados ao aprimoramento de modelos desenvolvidos internamente para a gestão do risco de crédito, particularmente através da incorporação do risco de concentração ao processo de modelagem. Adicionalmente, a gestão das informações enviadas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil – passou a ser de responsabilidade da Área de Gestão de Riscos, de modo a promover uma adequada compatibilização entre as diversas informações enviadas ao órgão regulador.

Gestão de Riscos em Números

A partir de outubro de 2013, iniciou-se o processo de implantação no Brasil das novas recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conhecidas como Basileia III. Os novos normativos emanados pelo regulador trouxeram diversas mudanças, entre as quais se destacam:

- alteração na metodologia de apuração do PR, que passou a incluir uma nova categorização, desmembrando o capital de Nível I em Capital Principal (representativo do capital de melhor qualidade) e Capital Complementar, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, que revogou a Resolução CMN nº 3.444/07;
- mudanças na forma de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) – agora denominado de *Risk Weighted Assets* (RWA) - nos termos da Resolução CMN nº 4.193/13, que incluem refinamentos, especialmente na parcela de risco de crédito, para alinhamento com o padrão internacional;
- inclusão de dois novos índices relacionados aos requerimentos mínimos de capital – o Índice de Capital Principal, segundo o qual o Capital Principal deve ser igual, no mínimo, a 4,5% do RWA, e o Índice de Capital de Nível I, que estabelece uma relação mínima de 5,5% entre o capital de Nível I e o RWA até dezembro de 2014, e de 6% a partir de 2015;
- redução gradativa do Índice de Basileia (relação mínima entre o PR e o RWA) de 11% até 2015 para 8% a partir de 2019. Em contrapartida, será introduzido, também de forma gradual, o denominado Adicional de Capital Principal, que elevará: (i) o Índice de Basileia para um patamar entre 10,5% e 13,0% a partir de 2019, e (ii) o Índice de Capital Principal para um intervalo entre 7% e 9,5%, a partir da mesma data.

Os números abaixo se referem ao BNDES, pois a aplicação de Basileia III no "conglomerado prudencial", que inclui todas as empresas do Sistema BNDES, só se dará a partir de 2015, conforme determinado pela Resolução CMN 4.193/13.

Considerando as mudanças decorrentes de Basileia III, observa-se que o BNDES manteve em 2013 valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital. Entre setembro e dezembro de 2013, o Requerimento Mínimo de PR (Índice de Basileia) se manteve relativamente estável, passando de 18,1% para 19,2%. No final do ano, o Índice de Capital Principal e o Índice de Capital de Nível I foram iguais a 10,7% e 12,8%, respectivamente, respeitando, portanto, os valores mínimos exigidos pelo regulador.

BNDES	R\$ milhões, exceto percentuais				
	2009	Basileia II 2010	2011	2012	Basileia III 2013
Patrimônio de Referência - PR	54.066	83.201	99.113	89.619	108.669
= Capital Nível I	31.585	41.816	51.869	48.651	72.446
(+) Capital Principal (CP)	-	-	-	-	60.418
(+) Capital Complementar (CC)	-	-	-	-	12.028
(+) Capital Nível II (NII)	23.994	41.816	48.053	41.179	36.223
(-) Deduções do PR	(1.513)	(431)	(809)	(211)	-
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	33.008	45.407	50.642	60.972	62.223
= Risco de Crédito	32.348	44.583	49.712	57.325	58.529
(+) Risco de Mercado	102	95	71	2.659	2.480
(+) Risco Operacional	558	729	859	988	1.214
Índice de Basileia / Índice de PR	18,02%	20,16%	21,53%	16,17%	19,21%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	-	-	-	-	10,68%
Índice de Capital Nível I (NI/RWA)	-	-	-	-	12,81%

Entre os exercícios de 2012 e de 2013, o índice de Basileia do BNDES – apurado conforme as regras de Basileia II e Basileia III, respectivamente – apresentou aumento, passando de 16,2% para 19,2%. O resultado está associado, sobretudo, ao crescimento de R\$ 19,1 bilhões no Patrimônio de Referência (PR), decorrente, dentre outros fatores, da entrada de instrumentos patrimoniais habilitados a compor o capital de Nível I do PR, no montante de R\$ 15 bilhões, conforme comentado no item "VI. Captação de Recursos", e da mudança na metodologia de cálculo.

IX. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A adoção de práticas de governança corporativa baseadas nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas pelo BNDES visa à otimização de seu desempenho ao proteger seu acionista único, o Governo Federal e as outras partes interessadas (*stakeholders*) como empregados, credores, trabalhadores, e a sociedade em geral, e ao facilitar o acesso ao financiamento de capital.

Conselho de Administração

Órgão de orientação superior, o Conselho de Administração é composto por:

- dez membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho; e
- um representante dos empregados do BNDES, em conjunto com um suplente, escolhidos dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, na forma da legislação aplicável.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente delibera com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do BNDES e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do BNDES; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

Comitê de Auditoria

Conforme previsão estatutária e regulamentar e em linha com as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o BNDES conta com um Comitê de Auditoria, que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, estão: *i)* recomendar à administração a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v)* elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Ouidoria

A Ouidoria tem a missão de servir como canal de diálogo entre o BNDES, os beneficiários de suas Linhas e Produtos, seus empregados e a sociedade em geral.

Em 2013, a Ouidoria recebeu e deu tratamento a 2.308 manifestações, o que representa um aumento de 17% em comparação com o exercício anterior.

As demandas recebidas em 2013 foram classificadas em: reclamações (58,3%); dúvidas (23,8%); solicitações (10,2%); denúncias (4,7%); sugestões (0,9%); agradecimentos e/ou elogios (0,3%); e complementares, isto é, mensagens contendo informações adicionais que possibilitam o tratamento dos assuntos demandados (1,8%). Quanto à personalidade jurídica do demandante, 64,9% das mensagens foram de pessoas jurídicas, enquanto as demais, 35,1%, de pessoas físicas.

A distribuição geográfica das manifestações foi representada por: Sudeste (53,5%); Sul (27,5%); Nordeste (8,1%); Centro Oeste (7,8%); Norte (2,3%); e exterior ou origem não informada (0,7%).

O cumprimento de sua missão, a Ouidoria estimula a discussão a respeito dos temas mais demandados junto às áreas competentes e à Administração, com vistas ao aproveitamento do diálogo com a sociedade para a identificação de oportunidades de promoção de melhorias nos procedimentos do BNDES.

Gestão da Ética

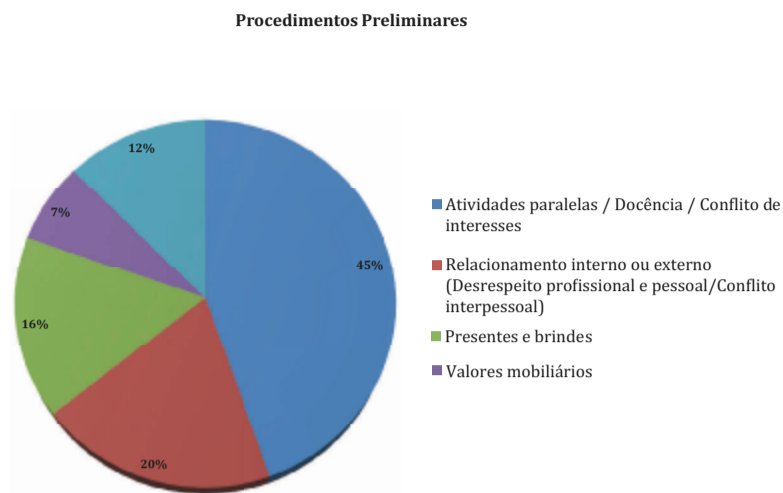
A gestão da ética no BNDES é conduzida por uma Comissão de Ética (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do BNDES, do seu Regimento Interno e da legislação externa aplicável.

O Código de Ética do Sistema BNDES é o regulamento que orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética, conduzido através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Além do Código de Ética do Sistema BNDES e seu Regimento Interno, a CET/BNDES atua de acordo com os preceitos dispostos no Decreto nº 6.029/2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública – CEP, bem como a Resolução CEP nº 10/2008, que disciplina o funcionamento das Comissões de Ética.

Em 2013, a CET/BNDES procedeu à abertura de 56 Procedimentos Preliminares, sendo 45 consultas/atendimentos e 11 denúncias/abertura de ofício. Todas as consultas foram respondidas e as denúncias, apreciadas.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos temas abordados nos Procedimentos Preliminares em 2013:



Ainda em 2013, em relação à atividade de comunicação e disseminação da cultura de ética, foram realizadas quatro palestras internas e uma externa. Em 2013, foram distribuídos 449 exemplares do código de ética a novos empregados, Diretores, Conselheiros e público externo.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES integra os Grupos de Trabalho do Programa Pró-Equidade de Gênero e de Assédio Moral.

Neste período houve 12 reuniões do Fórum Nacional de Gestão de Ética nas Empresas Estatais, das quais em apenas uma, não foi possível a participação do BNDES. Para o biênio 2014/2015, o BNDES fará parte da Coordenação do Fórum, com a Chefe da SECET atuando como Sub-coordenadora

X. COMUNICAÇÃO EXTERNA

O BNDES, visando atender às diferentes necessidades de informação da sociedade e de seus clientes sobre a sua atuação e as formas de apoio financeiro oferecidas, dispõe de diversos canais de contato, conforme listados a seguir:

Central de Atendimento do BNDES

A Central de Atendimento do BNDES tem por objetivo promover a excelência no relacionamento entre o BNDES, seus clientes e o público em geral, por meio dos principais canais de atendimento: telefônico e e-mails.

Disponível nos dias úteis, das 8h às 20h, a Central de Atendimento proporciona fácil acesso aos clientes através do telefone 0800.702.6337. As demandas também podem ser recebidas via Internet, através do Fale Conosco.

Em 2013 foram prestados cerca de 736.000 atendimentos ao público externo, sendo 90% por telefone e 10% através de mensagens eletrônicas.

O principal assunto tratado no ano foi o Cartão BNDES, que respondeu por mais de 50% do total de contatos.

Atendimento Presencial

Por meio do atendimento presencial, o BNDES mantém um canal de diálogo direto com clientes e público em geral, prestando orientação nos seus escritórios de Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2013 foram realizados cerca de 520 atendimentos presenciais somente no escritório do Rio de Janeiro. O perfil padrão de atendimentos foi de orientação à micro e pequenos empresários e empresárias.

Palestras Institucionais

O BNDES recebe delegações e grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras institucionais, em função do interesse global na economia brasileira e no papel do Banco como um dos principais atores do desenvolvimento.

Em 2013, a equipe de atendimento do Rio de Janeiro realizou 46 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público total de 1.128 visitantes.

Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

O ciclo de palestras "O BNDES Mais Perto de Você" tem como objetivo divulgar as formas de financiamento que melhor atendem ao segmento de micro, pequenas e médias empresas.

Nos últimos nove anos, mais de 26.000 empresários de todas as regiões do país tiveram a oportunidade de participar deste ciclo. Somente em 2013 foram realizadas 20 palestras, distribuídas em 16 estados, atingindo um público total de 2.426 presentes.

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

Serviço responsável pelos pedidos de informação no âmbito da Lei de Acesso à Informação, o SIC oferece atendimento através dos seguintes canais: presencial (no Rio de Janeiro), telefônico (0800-887-6000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-sic (www.acesoainformacao.gov.br/sistema/).

Em 2013, o SIC recebeu 720 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais.

Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, em 2013, uma audiência mensal média de 260 mil visitantes únicos. Este número representa um aumento de, aproximadamente, 7% em relação ao ano anterior. O crescimento da audiência anual é sempre esperado por causa da ampliação da visibilidade do BNDES diante da sociedade e do aumento do número de cidadãos conectados à Internet.

Os perfis oficiais do BNDES nas mídias sociais seguiram divulgando informações relevantes para a sociedade, por meio de notas no Twitter (@bndes_imprensa), das apresentações institucionais disponíveis no Slideshare (slideshare.net/bndes) e do canal do BNDES no YouTube (youtube.com/bndesgovbr), principal plataforma de vídeos online na Internet.

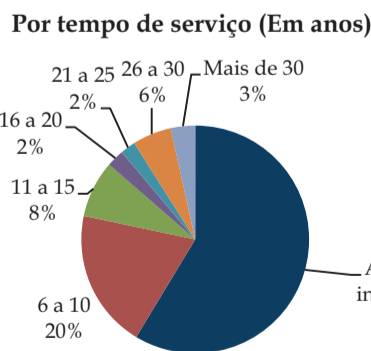
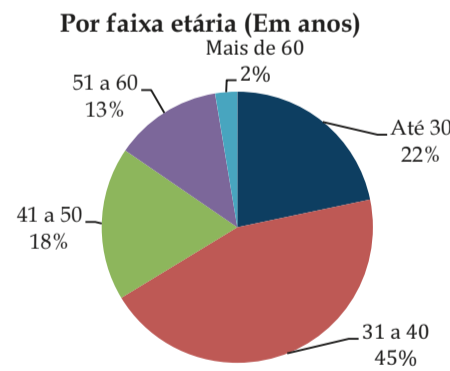
Ao final de 2013, o YouTube oferecia 37 vídeos oficiais do BNDES, com 509 perfis inscritos para receber suas atualizações. Ao longo do ano, os vídeos foram assistidos mais de 406 mil vezes, obtendo a aprovação de 238 pessoas, contra 47 reprovações, comprovando o caráter democrático das redes sociais.

XI. RECURSOS HUMANOS

O BNDES encerrou o ano de 2013 com 2.858 empregados, número muito próximo do ano de 2012, quando encerrou com 2.853 empregados.

Historicamente, o BNDES apresenta baixas taxas de rotatividade, devido à sua política remuneratória e ao seu ótimo ambiente de trabalho. Apenas 5,4% dos empregados desligaram-se em 2013, sendo a maioria em decorrência de aposentadoria e do término do Programa de Desligamento Planejado (PDP).

Os gráficos a seguir demonstram a atual distribuição dos empregados por faixa etária e por tempo de serviço.



Nova Composição da Diretoria

A composição da Diretoria foi alterada pelo Decreto No. 7.989, de 22 de abril de 2013, da Presidência da República no uso da atribuição que lhe confere a Constituição Federal e o Estatuto do BNDES, sendo, a partir de então, o BNDES administrado por uma diretoria composta pelo Presidente, Vice-Presidente e por sete Diretores.

Nesta mesma ocasião, foi designado um Diretor responsável pelos assuntos referentes à América Latina, Caribe e África. Adicionalmente, Wagner Bittencourt de Oliveira foi nomeado para exercer o cargo de vice-presidente do BNDES.

Seleção Pública

Em 12 de junho de 2013, data da publicação do resultado final da Seleção Pública 2012, o cadastro de reserva de pessoal do BNDES passou a ser único com 13 cargos/formações (Cargo de Nível Superior: Profissional Básico - formações Administração, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Análise de Sistemas - Suporte, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Contabilidade, Direito, Economia, Engenharia e Psicologia e Cargo de Nível Médio: Técnico Administrativo).

Mais de 137.000 candidatos se inscreveram, tendo sido contratados 157 novos empregados entre setembro e dezembro de 2013.

Gestão Estratégica de Pessoas (GEP)

O Planejamento Corporativo 2013-2015 reafirmou a continuidade do programa GEP, composto pelos projetos de Aprendizagem Corporativa, Gestão de Carreira e Gestão de Desempenho, todos fundamentados no conceito de gestão por competências.

No projeto gestão de carreira, o desenvolvimento do modelo conceitual de plano de carreira foi concluído e estão sendo discutidos aspectos jurídicos e previdenciários junto à administração do BNDES.

Já o projeto Aprendizagem Corporativa teve como prioridade o desenvolvimento de um novo modelo de instrutoria interna e a construção de um programa de desenvolvimento para os executivos, com foco inicial para o grupo de gerentes. Para este ano, o foco incluiu a aprovação da nova norma de instrutoria interna, redesenhada em 2013, bem como o início da implantação do programa de desenvolvimento para gerentes.

Aprendizado e Conhecimento

Em 2013, houve 3.130 participações de empregados em treinamentos de diversas modalidades, correspondentes a 58 horas de treinamento por empregado e a um investimento de R\$ 12,6 milhões. Deste total, a grande maioria foi dirigida a cursos de curta duração no Brasil e no exterior, bem como ao Programa de idiomas. Em relação à formação complementar de longa duração, foram apoiadas 68 participações de empregados em cursos de pós-graduação.

Para permitir que os empregados tivessem formação em assuntos relacionados a atividades específicas do BNDES, ao longo de 2013 foram oferecidos treinamentos customizados sobre oito diferentes temas, distribuídos em 33 turmas, totalizando 766 participações de empregados. Os treinamentos abordaram diversas temáticas necessárias à compreensão da história e da operação do Banco, incluindo Inovação, Finanças Corporativas, Economia para Jornalistas, Direito Tributário, *Valuation* e Curso de Desenvolvimento de Novos Empregados. Foram abordados também aspectos comportamentais, a exemplo do treinamento sobre Negociação.

Em 2013, a crescente adoção de instrutores pertencentes ao quadro funcional promoveu um grande avanço na adequação e ampliação da abordagem de cursos customizados a necessidades do BNDES.

O Programa Desenvolver é um exemplo de treinamento conduzido por instrutores internos. Nas duas turmas realizadas durante o ano, foram envolvidos nove instrutores internos com o intuito de resgatar o debate sobre o que é desenvolvimento, através da conjugação de elemento teórico e atividade prática, enriquecido por visitas guiadas a projetos financiados pelo BNDES.

Outra iniciativa conduzida por instrutores internos, o Curso de Desenvolvimento Profissional, promoveu a formação básica de 159 novos empregados. O seu conteúdo programático contemplou a relação entre a atuação do BNDES e a história econômica do país, além de aspectos básicos da operação do Banco.

Em paralelo a treinamentos formais, em 2013 foram promovidos encontros para transmissão do conhecimento de um grupo de empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Programado. A iniciativa foi constituída por ações customizadas sob o formato de palestra, debate, oficina de trabalho e subsídio técnico, além de outras atividades construídas de acordo com o tema, público e função exercida pelo empregado que iria se aposentar. O principal objetivo alcançado pelo programa foi contribuir para a disseminação de conhecimento, experiência e valores no BNDES.

Atuação Social

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários utiliza um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 325 estagiários ativos. O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Com carga horária de quatro horas diárias, a duração máxima do estágio é de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, que é a falta de experiência profissional.

Contratados diretamente por uma fundação responsável por gerir o Programa, os aprendizes devem ter entre 14 e 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo máximo de permanência no programa é de até dois anos.

No momento, o Programa conta com 34 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Valorização da Diversidade

O BNDES participa, desde sua 2ª Edição, do Programa Pró-igualdade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Gabinete da Presidência da República – SPM/PR, cujo objetivo é contribuir de maneira decisiva para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho.

Para desenvolver o Programa, foi constituído um Grupo de Trabalho, composto por representantes indicados por diversas áreas, com o objetivo de coordenar a elaboração de um Plano de Ação bianual e ainda orientar e acompanhar sua execução junto às áreas competentes.

Pelo cumprimento das ações propostas nos planos de ação, a SPM/PR concedeu ao BNDES o Selo Pró-igualdade de Gênero e Raça em todas as Edições das quais participou. A premiação, pela terceira vez consecutiva, representa o reconhecimento do compromisso do Banco com a erradicação da discriminação no ambiente de trabalho.

No ano de 2013, destacam-se as seguintes ações do Programa:

- Inclusão de cláusula específica, na contratação de serviços do Programa Jovem Aprendiz, sobre a necessidade de observar os princípios da equidade de gênero e diversidade na seleção dos aprendizes;
- Mapeamento dos treinamentos realizados de 2007 a 2012 por gênero e por cargo;
- Inclusão do tema de Gênero e Diversidade no treinamento dos profissionais que realizam as entrevistas para a alocação de novos empregados;
- Capacitação sobre o tema "Violência Doméstica e Familiar" para os integrantes do Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade do BNDES e demais profissionais do Banco que atuam no atendimento de empregadas (os);
- Apresentação de palestras sobre Equidade de Gênero, Raça e Diversidade no ambiente de trabalho para novos empregados e sobre violência doméstica para jovens atendidos pelo Instituto Stimulu/Galpão Aplauso, organização sem fins lucrativos; e
- Desenvolvimento de ações no âmbito da Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com foco no público masculino.

XII. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Baa2	Estável	Baa2	Estável
S&P	BBB	Negativa	A-	Negativa

XIII. CIRCULAR BACEN Nº 3.608/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 5.754 milhões, que representam 3,6% do total de títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para risco de crédito, em 31 de dezembro de 2013.

XIV. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE		126.249.177	103.989.917	147.060.361	141.450.798
DISPONIBILIDADES		1.452	1.392	218.971	12.639
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	327.626	10.267.857	327.626	10.267.857
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	234.083	59.510	234.083	59.510
Aplicações em operações compromissadas	6.2	93.543	150.514	93.543	150.514
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	-	10.057.833	-	10.057.833
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	27.050.372	20.295.286	32.837.829	24.050.721
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	7.1 e 7.3	4.485.856	1.268.286	9.461.660	3.671.430
Títulos públicos	7.1	20.857.586	18.772.191	20.857.586	18.772.191
Ações	7.1 e 13.1	-	-	299.001	5.688
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	12.282	252.595	12.992	1.598.669
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	31.067	2.225	34.282	2.225
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(136)	(11)	(136)	(11)
Títulos de renda fixa no exterior		1.630.066	-	1.630.066	-
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	33.651	-	33.651	-
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	509.127	529
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		57.669.746	38.503.752	70.959.597	69.092.939
Créditos vinculados		35	31	35	31
Repasse interfinanceiros	8	57.768.886	38.573.837	71.233.358	69.325.162
Recursos livres		51.470.050	34.896.581	64.934.522	65.647.906
Recursos PIS/PASEP		6.298.836	3.677.256	6.298.836	3.677.256
Provisão para risco de crédito	8	(99.175)	(70.116)	(273.796)	(232.254)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	36.514.994	30.983.193	37.724.647	32.001.491
Operações de crédito		36.780.651	31.191.460	38.000.369	32.338.843
Recursos livres		34.904.613	29.862.094	36.124.331	31.009.477
Recursos PIS/PASEP		290.907	432.609	290.907	432.609
Recursos Fundo da Marinha Mercante		1.585.131	896.757	1.585.131	896.757
Provisão para risco de crédito		(265.657)	(208.267)	(275.722)	(337.352)
OUTROS CRÉDITOS		3.381.676	3.051.260	3.687.381	5.137.974
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	334.319	219.030
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(1.959)	(1.197)
Direitos recebíveis	10	1.639	74.977	3.019	83.369
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(107)	(97)	(338)	(191)
Créditos tributários	21.2	394.277	305.199	690.482	446.301
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	21.1	27.552	85.158	116.999	549.557
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		724.103	282.623	277.641	1.208.731
Devedores por depósito em garantia		136.897	148.905	152.394	582.346
Pagamentos a ressarcir		73.321	147.048	13.846	13.062
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	1.543.394	1.748.912	1.543.394	1.748.912
Diversos		480.800	258.535	557.584	288.054
OUTROS VALORES E BENS	11	1.303.311	887.177	1.304.310	887.177
Outros valores e bens		12.206	10.492	13.205	10.492
Despesas antecipadas		1.291.105	876.685	1.291.105	876.685
ATIVO NÃO CIRCULANTE		636.703.932	589.861.933	634.983.059	574.046.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		550.179.791	501.853.516	618.892.382	559.385.684
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	60.711.282	66.128.543	127.991.502	142.295.143
Ações	7.1 e 13.1	15.364.940	18.316.738	69.531.321	79.874.223
Debêntures disponíveis para venda	7.1 e 7.5.1	2.326.529	2.217.695	10.218.270	10.591.894
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.904.832	2.852.317	5.719.238	5.906.015
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(8.289)	(10.817)	(68.686)	(77.567)
Títulos públicos	7.1	40.089.367	42.752.466	40.089.367	42.752.466
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	33.903	144	33.903	144
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	446.955	820.210
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	2.021.134	2.427.758
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	228.008.927	200.800.090	208.220.411	166.466.278
Repasse interfinanceiros		228.401.034	201.165.750	209.060.526	167.218.077
Recursos livres		201.979.339	174.145.477	182.638.831	140.197.804
Recursos PIS/PASEP		26.421.695	27.020.273	26.421.695	27.020.273
Provisão para risco de crédito		(392.107)	(365.660)	(840.115)	(751.799)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	242.089.660	218.813.671	248.337.879	224.587.501
Operações de crédito		243.850.934	220.284.521	250.151.140	226.790.273
Recursos livres		231.655.425	208.824.395	237.955.631	215.330.147
Recursos PIS/PASEP		598.231	924.761	598.231	924.761
Recursos Fundo Marinha Mercante		11.597.278	10.535.365	11.597.278	10.535.365
Provisão para risco de crédito		(1.761.274)	(1.470.850)	(1.813.261)	(2.202.772)
OUTROS CRÉDITOS		19.369.922	16.111.212	34.342.590	26.036.762
Créditos tributários	21.2	6.130.433	3.424.141	8.949.618	5.696.068
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	486.488	701.339
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(2.851)	(2.697)
Direitos recebíveis	10	12.626	919.888	13.714	1.154.394
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(822)	(1.188)	(1.004)	(3.821)
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.2	6.472.410	5.617.536	17.482.277	12.117.321
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.1	6.566.773	6.001.807	6.566.773	6.001.807
Incentivos fiscais		188.502	149.028	429.616	372.351
Devedores por depósitos em garantia		-	-	417.959	-
INVESTIMENTOS	13	86.395.249	87.858.814	15.961.785	14.511.424
Participações em controladas e coligadas	13.2	86.253.103	87.716.617	15.819.638	14.369.227
Participações em outras empresas	13.2.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	13.2.4	42.146	42.197	42.147	42.197
IMOBILIZADO DE USO		96.484	110.846	96.484	110.846
INTANGÍVEL		32.408	38.757	32.408	38.757
TOTAL DO ATIVO		<u>762.953.109</u>	<u>693.851.850</u>	<u>782.043.420</u>	<u>715.497.509</u>

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
PASSIVO CIRCULANTE		43.840.877	41.089.927	48.163.532	44.456.823
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		2.215.353	2.165.154	2.215.353	2.165.154
Depósitos especiais - FAT	17.2	2.215.043	2.164.885	2.215.043	2.164.885
Diversos		310	269	310	269
CAPTAÇÕES NO MERCADO		18.013.555	21.312.188	18.013.555	21.312.188
Obrigações por operações compromissadas	14	18.013.555	21.312.188	18.013.555	21.312.188
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		4.974	3.627	4.974	3.627
Recursos em trânsito de terceiros		4.974	3.627	4.974	3.627
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	15	852.882	777.853	2.986.881	2.925.169
Debêntures	15.1	585.150	592.231	2.719.149	2.739.547
Letras de Crédito do Agronegócio	15.2	267.732	185.622	267.732	185.622
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	16	9.669.060	6.077.849	10.346.525	6.611.479
Empréstimos no país	16.1	388.404	380.925	388.404	380.925
Empréstimos no exterior	16.1	190.039	104.106	190.039	104.106
Empréstimos sindicalizados		2.072	2.253	2.072	2.253
Bônus		187.967	101.853	187.967	101.853
Repasse no país		6.304.595	4.339.179	6.982.060	4.872.809
Tesouro Nacional	16.1	4.784.677	3.365.217	5.462.142	3.991.272
Controladas	16.1	-	92.425	-	-
Fundo da Marinha Mercante	16.1	1.513.498	875.466	1.513.498	875.466
Outros		6.420	6.071	6.420	6.071
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	16.1	2.786.022	1.253.639	2.786.022	1.253.639
OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.450.391	6.499.099	9.961.582	7.185.049
Fundos financeiros e de desenvolvimento	18	5.274.834	3.247.339	5.297.645	3.252.690
Fundo PIS/PASEP	18.1	1.815.329	2.181.769	1.815.329	2.181.769
Outros		3.459.505	1.065.570	3.482.316	1.070.921
Impostos e contribuições sobre o lucro	21.1	433.413	827.154	861.721	1.042.444
Outros impostos e contribuições		136.719	181.182	165.337	233.355
Credores vinculados a liquidação de operação		-	-	26.007	22.393
Provisões trabalhistas e cíveis	22	164	1.071	1.280	

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
		2º semestre de 2013	Exercícios		2º semestre de 2013	Exercícios	
			2013	2012		2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.815.619	50.406.461	47.907.981	28.389.377	55.297.479	52.419.435
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		13.181.539	25.175.485	23.770.551	12.184.002	23.958.213	23.707.564
. Moeda estrangeira		6.072.057	14.942.390	10.127.991	6.151.169	15.117.906	10.364.492
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		5.401.036	8.030.719	11.271.385	6.182.358	9.420.415	12.814.795
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		899.928	1.754.517	2.299.666	3.610.789	6.297.595	5.094.196
Rendas com administração de fundos e programas		261.059	503.350	438.388	261.059	503.350	438.388
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(20.306.803)	(40.955.687)	(38.080.821)	(20.957.586)	(42.840.353)	(40.841.725)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(14.398.457)	(27.532.112)	(26.735.819)	(15.709.148)	(30.151.557)	(29.528.591)
. Moeda estrangeira		(5.829.620)	(14.234.101)	(9.581.706)	(5.829.619)	(14.234.099)	(9.581.704)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	(9.110)	908.544	(1.363.757)	(9.110)	908.544	(1.363.757)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(6.464)	(19.805)	(9.272)	(50.427)	(112.159)	(53.032)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	28	(9.922)	(57.795)	(405.921)	693.948	769.336	(330.295)
Resultado da carteira de câmbio		(53.230)	(20.418)	15.654	(53.230)	(20.418)	15.654
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.508.816	9.450.774	9.827.160	7.431.791	12.457.126	11.577.710
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		976.858	1.675.116	888.728	(652.812)	(262.448)	(431.793)
Resultado com equivalência patrimonial	13	1.963.641	3.255.548	2.733.339	51.112	(51.107)	(142.474)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		357.567	663.166	(199.418)	390.776	730.962	(96.783)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	(30)	-	(1.250.387)	(2.045.194)	(1.092.555)
Receita de dividendos		137	253	53.219	299.244	591.711	1.131.235
Receita de juros sobre o capital próprio		-	380.700	204.638	483.057	2.189.465	1.633.975
Resultado com alienações de títulos de renda variável		9.624	9.624	12.507	943.862	1.234.685	1.718.430
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	-	(114.093)	73.271	(548.149)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	-	249.494	325.356	-
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	-	11.178	134.012	(56.545)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(11.681)	(81.239)	69.290	(27.409)	(111.288)	46.336
Despesas tributárias		(300.546)	(549.707)	(503.959)	(442.637)	(879.909)	(743.660)
Despesas com pessoal		(472.958)	(961.982)	(628.370)	(617.446)	(1.261.253)	(1.177.935)
Despesas administrativas		(204.850)	(359.317)	(266.959)	(249.982)	(448.705)	(460.037)
Outras receitas operacionais		135.720	111.600	111.600	173.803	262.564	141.641
Outras despesas operacionais		(499.796)	(902.929)	(697.159)	(553.384)	(1.007.018)	(785.272)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.485.674	11.125.890	10.715.888	6.778.979	12.194.675	11.145.917
Imposto de renda	21	(924.735)	(1.743.552)	(1.651.869)	(1.452.230)	(2.839.928)	(2.600.357)
Contribuição social	21	(580.239)	(1.081.669)	(1.021.865)	(797.674)	(1.545.004)	(1.470.912)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	21	40.101	(18.374)	160.858	533.419	514.239	1.196.759
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.020.801	8.282.295	8.203.012	5.062.494	8.323.988	8.271.407
Participação dos empregados no lucro		(132.027)	(132.027)	(77.127)	(173.720)	(173.720)	(145.522)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		4.888.774	8.150.268	8.125.885	4.888.774	8.150.268	8.125.885
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)		0,779248	1,299114	1,295228			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2013	36.340.506	15.000.000	1.705.568	142.840	-	-	(6.991.915)	6.554.179	2.420.770	55.171.948
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	197.948	3.392.145	-	3.590.093
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	4.888.774	4.888.774
Destinação do resultado (Nota 26):										
. Reserva legal	-	-	404.633	-	-	-	-	-	(404.633)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	58.515	-	-	-	-	(58.515)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.144.426	-	-	-	(1.144.426)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.677.305	-	-	(2.677.305)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(970.203)	(970.203)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.054.462)	(2.054.462)
Em 31 de dezembro de 2013	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Mutações no semestre	-	-	404.633	58.515	1.144.426	2.677.305	197.948	3.392.145	(2.420.770)	5.454.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2013	36.340.506	-	1.705.568	142.840	1.162.008	2.031.881	(5.140.114)	13.808.223	(57.611)	49.993.301
Aumento de capital (Nota 26)	-	15.000.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000.000
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26)	-	-	-	-	-	(2.031.881)	-	-	-	2.031.881
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26)	-	-	-	-	(1.162.008)	-	-	-	-	1.162.008
Dividendos complementares - exercício 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.193.889)	(3.193.889)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.653.853)	(3.861.899)	-	(5.515.752)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.150.268	8.150.268
Destinação do resultado (Nota 26):										
. Reserva legal	-	-	404.633	-	-	-	-	-	(404.633)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	58.515	-	-	-	-	(58.515)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.144.426	-	-	-	(1.144.426)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.677.305	-	-	(2.677.305)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.753.316)	(1.753.316)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.054.462)	(2.054.462)
Em 31 de dezembro de 2013	36.340.506	15.000.000	2.110.201	201.355	1.144.426	2.677.305	(6.793.967)	9.946.324	-	60.626.150
Mutações no exercício	-	15.000.000	404.633	58.515	(17.582)	645.424	(1.653.853)	(3.861.899)	57.611	10.632.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2012	29.557.415	6.783.091	1.296.394	115.236	2.723.829	5.124.909	(1.684.314)	17.095.864	-	61.012.424
Aumento de capital (Nota 26)	6.783.091	(6.783.091)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(3.455.800)	(3.287.641)	-	(6.743.441)
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 26)	-	-	-	-	-	(5.124.909)	-	-	5.124.909	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 26)	-	-	-	-	(2.723.829)	-	-	-	2.723.829	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio complementares:										
Dividendos complementares - 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.442.602)	(1.442.602)
Dividendos complementares - 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.308.765)	(6.308.765)
Juros sobre capital próprio complementares - 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.371)	(97.371)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.125.885	8.125.885
Destinação do resultado (Nota 26):										
. Reserva legal	-	-	409.174	-	-	-	-	-	(409.174)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.604	-	-	-	-	(27.604)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.162.008	-	-	-	(1.162.008)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.031.881	-	-	(2.031.881)	-
. Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.973.225)	(1.973.225)
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.579.604)	(2.579.604)
Em 31 de dezembro de 2012	36.340.506	-	1.705.568	142.840	1.162.008	2.031.881	(5.140.114)	13.808.223	(57.611)	49.993.301
Mutações no exercício	6.783.091	(6.783.091)	409.174	27.604	(1.561.821)	(3.093.028)	(3.455.800)	(3.287.641)	(57.611)	(11.019.123)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2013	Exercícios		2º semestre de 2013	Exercícios	
		2013	2012		2013	2012
Atividades operacionais						
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados no lucro do semestre / exercício	6.485.674	11.125.890	10.715.888	6.778.979	12.194.678	11.145.917
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(1.748.314)	(2.747.440)	(2.012.753)	1.154.722	2.299.732	3.294.169
Constituição (reversão) de provisão para risco de crédito	9.922	57.795	405.921	(693.948)	(769.336)	330.295
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	11.681	81.239	(69.290)	33.826	111.288	(46.336)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	1.250.387	2.045.194	1.092.555
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.963.641)	(3.255.548)	(2.733.339)	(51.112)	51.107	142.474
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	-	-	114.093	(73.271)	548.149
Ajuste ao valor justo de títulos de investimento	-	-	-	-	(108.546)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(304)	(304)	113.420
Depreciação	12.555	27.410	17.395	16.521	36.066	32.822
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	181.169	341.664	366.560	485.259	1.007.534	1.080.790
Varição de ativos e obrigações	(6.905.276)	(23.130.827)	(12.250.295)	(7.432.412)	(23.261.410)	(19.224.008)
. (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	(42.065.038)	(74.260.172)	(60.965.725)	(39.970.597)	(72.224.511)	(66.985.267)
. (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(3.017.878)	9.585.240	(26.311.960)	(3.102.335)	10.616.511	(28.794.272)
. (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	(1.829.509)	(1.758.837)	(56.574)	(3.277.665)	(3.875.116)	(2.783.142)
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	45.291.084	62.186.051	74.658.123	45.145.415	61.819.550	80.899.085
. Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital	(128.256)	562.465	340.231	(128.256)	562.465	340.231
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	3.662.063	(3.298.633)	13.503.917	3.662.063	(3.298.633)	13.503.917
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(339.835)	(616.776)	881.134	(1.122.156)	(965.031)	59.089
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(6.497.677)	(12.363.101)	(11.731.000)	(6.441.711)	(12.307.134)	(11.730.908)
. IR e CSLL pagos	(1.980.230)	(3.167.064)	(2.568.441)	(2.197.170)	(3.589.511)	(3.732.741)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(2.167.916)	(14.752.377)	(3.547.160)	501.289	(8.767.000)	(4.783.922)
Atividades de investimentos						
. Aumento de capital BNDES PLC	(200.849)	(200.849)	(10.834)	-	-	-
. Adições ao imobilizado	(3.896)	(10.434)	(29.258)	(3.896)	(10.434)	(29.258)
. Adições ao intangível	(4.762)	(6.189)	-	(4.762)	(6.189)	-
. Baixas do imobilizado	373	1.269	2.788	373	1.269	2.788
. Compra de investimentos	-	-	-	(166.965)	(1.019.226)	(1.351.527)
. Venda de investimentos	-	-	-	940	45.610	2.857.122
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas	185.726	635.370	-	299.262	441.374	640.953
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(23.408)	419.167	(37.304)	124.952	(547.596)	2.120.078
. Atividades de Financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	7.073.690	15.437.812	15.991.260	7.073.690	15.437.812	15.991.260
. Pagamento de juros sobre capital próprio	(924.664)	(1.707.777)	-	(924.664)	(1.707.777)	-
. Pagamento de dividendos	(1.997.576)	(5.290.884)	(6.292.600)	(1.997.576)	(5.290.884)	(6.292.600)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	260.000	260.000	180.000	260.000	260.000	180.000
. Captações por emissão de debêntures	-	-	-	-	-	2.000.000
. Amortização das obrigações por emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(131.839)	(191.839)	-	(131.839)	(191.839)	-
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(446.204)	(896.703)	(938.059)	(1.633.878)	(3.136.385)	(1.945.280)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	3.833.407	7.610.609	8.940.601	2.645.733	5.370.927	9.933.380
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.642.083	(6.722.601)	5.356.137	3.271.974	(3.943.669)	7.269.536
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	3.172.851	11.537.535	6.181.398	6.736.283	13.951.926	6.682.390
Final do semestre/exercício						
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	4.814.934	4.814.934	11.537.535	10.008.257	10.008.257	13.951.926
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.642.083	(6.722.601)	5.356.137	3.271.974	(3.943.669)	7.269.536

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF
Transações no exercício sem efeito caixa (Nota 31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2013	Exercícios		2º semestre de 2013	Exercícios	
		2013	2012		2013	2012
RECEITAS	26.308.608	51.242.485	47.426.749	30.347.569	58.096.703	53.344.517
Intermediação financeira	25.815.619	50.406.461	47.907.981	28.389.377	55.297.479	52.419.435
Outras receitas	502.911	893.819	(75.311)	1.264.244	2.029.888	1.255.377
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(9.922)	(57.795)	(405.921)	693.948	769.336	(330.295)
DESPESAS	(20.808.358)	(41.882.060)	(38.302.769)	(21.847.968)	(43.997.033)	(41.347.149)
Intermediação financeira	(20.296.881)	(40.897.892)	(37.674.900)	(21.651.534)	(43.609.689)	(40.511.430)
Outras despesas	(511.477)	(984.168)	(627.869)	(196.434)	(387.344)	(835.719)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(153.419)	(258.846)	(199.639)	(1.433.351)	(2.362.926)	(1.430.462)
Materiais, energia e outros	(27.192)	(45.670)	(37.563)	(31.295)	(54.177)	(56.309)
Serviços de terceiros	(126.227)	(213.146)	(162.076)	(151.669)	(263.555)	(281.598)
Perda de valores ativos	-	(30)	-	(1.250.387)	(2.045.194)	(1.092.555)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.346.831	9.101.579	8.924.341	7.066.250	11.736.744	10.566.906
RETENÇÕES	(12.556)	(27.410)	(17.395)	(16.521)	(36.066)	(32.822)
Depreciação	(12.556)	(27.410)	(17.395)	(16.521)	(36.066)	(32.822)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.334.275	9.074.169	8.906.946	7.049.729	11.700.678	10.534.084
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.963.778	3.636.501	2.991.196	833.413	2.730.069	2.622.736
Resultado de equivalência patrimonial	1.963.641	3.255.548	2.733.339	51.112	(51.107)	(142.474)
Dividendos e juros sobre capital próprio	137	380.953	257.857	782.301	2.781.176	2.765.210
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.298.053	12.710.670	11.898.142	7.883.142	14.430.747	13.156.820
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.298.053	12.710.670	11.898.142	7.883.142	14.430.747	13.156.820
Pessoal e encargos	415.496	843.994	553.701	531.134	1.101.103	1.027.888
- Remuneração direta	252.920	531.156	364.892	317.553	690.096	673.625
- Benefícios	128.756	226.972	145.575	169.082	298.026	272.691
- FGTS	26.403	63.339	35.195	34.740	83.341	66.406
- Outros	7.417	22.527	8.039	9.759	29.640	15.166
Impostos, taxas e contribuições	1.826.440	3.518.330	3.097.998	2.243.046	4.918.748	3.775.580
- Federais	1.822.297	3.505.782	3.086.586	2.238.676	4.903.977	3.759.979
- Estaduais	21	60	-	27	79	-
- Municipais	4.122	12.488	11.412	4.343	14.692	15.601
Aluguéis	35.316	66.051	43.431	46.468	86.908	81.945
Participação dos empregados nos lucros	132.027	132.027	77.127	173.720	173.720	145.522
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.807.778	3.807.778	4.552.829	3.807.778	3.807.778	4.552.829
Lucros retidos	1.080.996	4.342.490	3.573.056	1.080.996	4.342.490	3.573.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Damata Pimentel – Presidente
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente
Mauro Borges Lemos
Carlos Roberto Lupi
Vagner Freitas de Moraes
Nelson de Almeida Prado Hervey Costa
Orlando Pessuti
Eva Maria Cella Dal Chiavon
Márcio Holland de Brito
Luiz Alberto Figueiredo Machado
William George Lopes Saab

CONSELHO FISCAL:

Valdir Moysés Simão
Luizianne de Oliveira Lins
Paulo Fontoura Valle
Raul Lycurgo Leite – Suplente
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Luciano Galvão Coutinho – Presidente
Wagner Bittencourt de Oliveira – Vice-Presidente
Fernando Marques dos Santos
Guilherme Narciso de Lacerda
João Carlos Ferraz
Julio César Maciel Ramundo
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Maurício Borges Lemos
Roberto Zurli Machado

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012, um ajuste negativo no montante de R\$ 2.380 milhões, líquido

dos efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que o ajuste negativo em ações considerado como perda de caráter permanente seja apropriado em despesa no período em que ocorrer. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de perda considerada de caráter permanente, líquida dos efeitos tributários, mantida no patrimônio líquido era de R\$ 2.380 milhões. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estava aumentado em R\$ 2.380 milhões, após os efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é considerada informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7



PARECER N.º 01/ 2014 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2013 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 18.02.14, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31.12.13, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R\$ 8.092.656.886,19) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 404.632.844,31 (quatrocentos e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- R\$ 58.514.912,17 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e doze reais e dezessete centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
- 15%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 1.144.426.369,46 (um bilhão, cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais

e quarenta e seis centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital;

- 25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$1.907.377.282,43 (um bilhão, novecentos e sete milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), integralmente pagos ao longo do exercício de 2013, dos quais R\$1.753.316.024,20 (um bilhão, setecentos e cinquenta e três milhões, trezentos e dezesseis mil, vinte e quatro reais e vinte centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP;
- R\$ 1.900.400.244,94 (um bilhão, novecentos milhões, quatrocentos mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) a título de dividendos complementares, integralmente pagos ao longo do exercício de 2013; e
- R\$ 2.677.305.232,88 (dois bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões, trezentos e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2014

Valdir Moysés Simão

Luizianne de Oliveira Lins

Paulo Fontoura Valle

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2013, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento da evolução do Patrimônio Líquido e da política de remuneração ao acionista; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

Com relação às operações conduzidas pelo Sistema BNDES com o Grupo EBX, foi constatado um baixo grau de exposição direta ao risco, em relação ao montante de empréstimos contratados e aos valores liberados. O baixo risco foi decorrente tanto da natureza das garantias, notadamente fianças bancárias, como da natureza de alguns dos projetos.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da KPMG, empresa que presta serviços de auditoria independente para o Sistema BNDES. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - Bndespar e a Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2012, como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2013.

A partir do exercício de 2010, a Bndespar passou a apresentar suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Essa

divulgação se dá no site do BNDES.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. Essa mudança, no critério de contabilização, acarretou uma grande majoração no valor da carteira, no exercício de sua adoção, e irá implicar em oscilações provavelmente menores, embora eventualmente significativas, nos exercícios seguintes.

Assim é que, no exercício de 2010, quando da adoção do IFRS, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ao ser contabilizada pela primeira vez pelo valor justo, teve um acréscimo bruto de R\$ 43,3 bilhões, equivalente a 82% do valor anterior da carteira. Na ocasião, o impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi uma majoração de R\$ 29,4 bilhões.

Por outro lado, a partir do exercício de 2011, o valor dessa carteira tem estado sujeito a oscilações em sua contabilização, com reflexos no Patrimônio Líquido. Em 2011, por exemplo, os ajustes da carteira, em função da cotação dos papéis no dia do fechamento das Demonstrações Financeiras, acarretaram em uma redução de R\$ 13,9 bilhões no Patrimônio Líquido. Já em 2012, a redução foi de R\$ 4,6 bilhões e no exercício de 2013 foi de R\$ 5,0 bilhões, destacando-se as variações negativas em Petrobrás e Vale/ValePar.

O parecer da KPMG, relativo ao exercício de 2013, foi emitido com ressalva em decorrência do efeito do registro efetuado sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes em 2012, com base na Resolução nº 4.175/12 do CMN. Referida Resolução permitiu que os ajustes a valor de mercado, das ações recebidas pelo Banco para aumento de capital, transitassem pela conta de resultados apenas quando da venda ou transferência desses títulos, ao invés de quando do seu reconhecimento contábil nas contas patrimoniais. A ressalva no exercício de 2013 é decorrente da ressalva de 2012, quando a perda, decorrente dos ajustes a valor de mercado, das ações recebidas a título de aumento de capital, atingiu R\$ 2,38 bilhões, após os efeitos tributários.

No exercício de 2013 destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 782,0 bilhões, composto por R\$ 565,2 bilhões (72,3%) em Operações de Créditos e Repasses, R\$ 160,8 bilhões (20,6%) em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 56,0 bilhões (7,2%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 60,6 bilhões, corresponde a 7,7% do Ativo Total. O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 8,2 bilhões, o que equivale a um retorno de 1,1% do Ativo Total Médio e a 16,5% do Patrimônio Líquido Médio;
- Ingresso de R\$ 15,0 bilhões do Tesouro Nacional, classificado com Patrimônio Líquido com instrumento híbrido, elegível a capital principal nos termos da resolução CMN nº 4.192 e autorização do Banco Central;
- Pagamentos ao acionista no valor de R\$ 7.002 milhões, dos quais R\$ 3.194 milhões referentes a dividendos complementares referentes ao exercício de 2012 e R\$ 3.808 milhões como antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2013; e
- Registro de perdas por *impairment*, na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor de R\$ 2.045 milhões.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,7% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 93,3% no Sistema Financeiro Nacional. Importa ressaltar que, no exercício de 2013, não houve perdas por provisionamentos significativos em função de mudanças na classificação de risco das empresas/projetos que compõem a carteira de operações de crédito. Naquele exercício o Sistema BNDES registrou uma receita de provisão para risco de crédito no valor de R\$ 769 milhões, influenciada pela recuperação de créditos no valor de R\$ 694 milhões.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: Índice de Basileia de 18,7% (contra 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 2,8% quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 17,5% (21,2% e 16,3% em dezembro de 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 9,5% sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014.

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Attilio Guaspari
Membro

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro